

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS- EPPEN
Curso de Relações Internacionais

LUANA CAROLINA RODRIGUES

Relações Bilaterais Brasil-Estados Unidos (1995-2010): Análise comparada entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva

Trabalho de conclusão de curso entregue no formato de artigo científico, conforme definido pelo Projeto Pedagógico do Curso de Relações Internacionais e em cumprimento das DCNs do curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)

Orientadora: Prof^ª Cristina Soreanu Pecequilo

Osasco
2022

Resumo

Este artigo tem como objetivo compreender as relações bilaterais entre Brasil e Estados Unidos (EUA) a partir de uma análise comparada entre as políticas externas para os EUA conduzidas pelos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995-2002) e Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010). Para realizar esta análise, foram utilizados documentos oficiais e artigos científicos. Realizou-se, portanto, uma pesquisa documental e bibliográfica sobre o tema. Além disso, espera-se destacar o aspecto da autonomia brasileira em relação aos Estados Unidos, bem como os paradigmas de política externa que se apresentam no recorte temporal escolhido para a pesquisa. Dessa forma, a pesquisa pode contribuir para a sistematização dos estudos já realizados sobre o tema, como também com um exercício comparativo focado nas relações com os Estados Unidos.

Palavras-chave:

Brasil; Estados Unidos; Relações Bilaterais; FHC; Lula.

Introdução

As relações entre Brasil e Estados Unidos (EUA) ocupam espaço de destaque nas discussões acerca da política externa brasileira, tendo em vista a proeminência regional e global norte-americana. As relações entre os dois Estados ao longo do século XX são objeto de debate a respeito da postura que deveria ser adotada pelo Estado Brasileiro diante do poder estadunidense: alinhamento aos interesses norte-americanos ou busca por maior autonomia no sistema internacional, diversificando parcerias.

Considerando sua localização no continente americano, o Brasil faz parte da zona de influência dos EUA, cujo poder político, econômico e ideológico não se restringe ao âmbito regional, mas também ao âmbito internacional dada a sua atuação no sistema como uma das principais grandes potências. Além disso, os EUA são um dos principais parceiros comerciais brasileiros. Logo, torna-se evidente que as discussões a respeito do papel internacional do Brasil precisam considerar estes fatores.

Outrossim, apesar de existirem na academia artigos que abordam a temática das relações entre os dois Estados, há escassez de trabalhos que se enfoquem no aspecto da autonomia em relação aos EUA e os paradigmas de política externa durante os governos FHC e Lula a partir do modelo de Hermann (1990), exercício relevante para entendimento do tema ao qual o artigo poderá contribuir. Ademais, o artigo poderá contribuir na sistematização dos estudos já feitos a respeito deste tema.

À vista disso, o objetivo geral deste artigo é compreender as relações bilaterais entre Brasil e EUA de 1995 a 2010, estabelecendo uma análise comparativa entre as políticas externas dos governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2010). Espera-se, especificamente: contextualizar a importância das relações bilaterais entre Brasil e EUA de 1995 a 2010; identificar os pontos de convergência e divergência entre as políticas externas para os EUA conduzidas por FHC e Lula; discutir a temática da autonomia brasileira em relação aos EUA; discutir os paradigmas de política externa brasileira que se apresentam entre 1995 a 2010; sistematizar as análises já feitas sobre as relações bilaterais entre Brasil e EUA nos governos FHC e Lula, a autonomia em relação aos EUA e os paradigmas da política externa brasileira.

No que se refere aos materiais e métodos, optou-se por uma abordagem qualitativa para realizar a análise dos resultados, com base nas pesquisas documental e bibliográfica, os procedimentos de coleta de dados definidos. Escolheu-se os governos FHC e Lula como objetos de estudo por representarem correntes diplomáticas antagônicas, como também pelo fato das duas gestões se inserirem no mesmo momento histórico de pós-Guerra Fria e terem a mesma duração — ambos os líderes com oito anos de presidência.

Considerando a pesquisa documental e bibliográfica como procedimentos escolhidos, foram utilizadas fontes primárias e secundárias. Destacam-se como fontes primárias: documentos oficiais, acordos bilaterais e memorandos de entendimento assinados entre Brasil e EUA dentro do recorte temporal estabelecido (1995-2010). Como fontes secundárias, destacam-se artigos científicos publicados em língua portuguesa e inglesa, que discorrem acerca dos governos FHC e Lula no que tangem as suas estratégias de política externa, relações bilaterais com os EUA e contexto doméstico.

O escopo deste artigo, além da introdução e das considerações finais, está separado em quatro itens. O primeiro, nomeado como "Relações Bilaterais na Era FHC (1995-2002)" aborda o cenário político e econômico no âmbito doméstico e internacional, dissertando acerca da forma como o relacionamento bilateral com os norte-americanos se insere neste contexto. O segundo item, "Relações Bilaterais na Era Lula (2002-2010)", contém o mesmo propósito. O terceiro item "Autonomia e Paradigmas na Política Externa Brasileira" apresenta as perspectivas teóricas a respeito das relações bilaterais Brasil-EUA durante os governos FHC e Lula, especialmente no que diz respeito a questão da autonomia na política externa brasileira, bem como os paradigmas de política externa presentes nestes dois governos. Por fim, o quarto item nomeado como "Análise Comparada" estabelece um exercício comparativo entre as políticas externas voltadas aos EUA que foram formuladas durante os dois governos.

Relações Bilaterais na Era FHC (1995-2002)

No que tange à política externa norte-americana durante a década de 1990, os primeiros seis anos da Era FHC coincidem com a presidência de Bill Clinton nos EUA (1993-2001). Erika Harding (1992, p. 1) descreve que os documentos oficiais da equipe de transição do governo George H. W. Bush (1989-1992) para o governo Clinton apontam que a política voltada a América Latina seria uma continuação da política de Bush para o hemisfério, colocando-a em segundo plano em relação à política doméstica, principalmente a recuperação econômica e reestruturação do país.

O foco da política externa estadunidense na América Latina seria a integração hemisférica de livre comércio e consolidação do *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), firmado na gestão anterior (HARDING, 1992, p. 1). Clinton sublinhou a importância de um bloco de comércio que competisse com os blocos europeus e asiáticos, afirmando que o sucesso do NAFTA poderia abranger as demais economias de mercado da América Central e América do Sul (HARDING, 1992, p. 1).

A gestão Clinton adotava a visão de aprimoramento da economia dos EUA para a economia latina, que reconheceria a restauração econômica como contribuição para a integração e crescimento econômico do hemisfério (HARDING, 1992, p. 2). Outrossim, Estados latinos com democracias e instituições frágeis em função dos programas de ajuste estrutural, como o Brasil, competiam por posições na política voltada à América Latina (HARDING, 1992, p. 2). A equipe de Clinton se opunha ao auxílio à liberalização econômica desconsiderando programas sociais e aprofundamento da democracia (HARDING, 1992, p. 2).

Apesar de Ásia e Europa tornarem-se mais interessantes para os EUA com o fim da Guerra Fria e URSS, para que conseguissem competir com essas regiões e ter uma liderança global assertiva, seria necessária a cooperação com América Latina e Caribe para a construção de um mercado hemisférico e de uma comunidade democrática, e então uma ponte competitiva (HARDING, 1992, p. 2). Por fim, Harding (1992, p. 4) afirma que a América Latina parecia retornar ao estado de importância anterior à Guerra Fria: região segura e esfera de influência norte-americana incontestável por outras grandes potências.

No Brasil, era possível observar um processo de reorientação da política interna e política externa para os EUA nos governos de Collor e Itamar Franco. Segundo o diplomata Paulo Roberto de Almeida (2004, p. 2) “emergiu, a partir da redemocratização em 1985, a autonomia e a vocação regional brasileira, a integração sub-regional com o Mercosul e a construção do espaço econômico sul-americano”.

A despeito disso, mantinham-se boas relações com os EUA mesmo com os conflitos na área comercial, como o protecionismo no acesso a produtos brasileiros no mercado americano, divergências acerca das patentes industriais, acusações de pirataria, reservas de mercado ou problemas da agenda multilateral (ALMEIDA, 2004, p. 2).

No governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), houve alterações consideráveis na política externa, especialmente com a revisão da doutrina de capacitação nuclear adotada por seus antecessores, como a resistência em aderir ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP, 1968) (ALMEIDA, 2004, p. 3). Além disso, as relações com os EUA melhoraram com a exclusão de mecanismos protecionistas da Lei de Informática (1984) e revisão da lei de software, iniciando a formação de um novo Código de Propriedade Industrial, algo que gerava contenciosos entre os países na segunda metade dos anos 1980 (ALMEIDA, 2004, p. 3).

Durante o governo Itamar Franco (1992-1995), FHC ocupou o Ministério das Relações Exteriores (1992-1993) e o Ministério da Fazenda (1993-1994). Neste processo, o governo avançou com as privatizações e conduziu um ajuste estrutural consistente, mediante desindexação planejada da economia, que deu origem ao Plano Real de estabilização econômica e a suspensão da moratória (ALMEIDA, 2004, p. 3). Ademais, Franco lançou o projeto da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), que deveria ser atingida antes do fim das negociações de liberalização comercial definidas na 1ª Cúpula das Américas (Miami, 10 de dezembro de 1994) (ALMEIDA, 2004, p. 3), na qual FHC participou como presidente-eleito.

Diante deste contexto, Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social-Democracia Brasileira, PSDB) — político com trajetória acadêmica e no Poder Legislativo — assumiu a presidência da república em 1995 devido a popularidade e otimismo adquirido com o êxito do Plano Real, contando com dois nomes no Ministério de Relações Exteriores ao longo de seu governo: Luiz Felipe Lampreia (1995-2001) e Celso Lafer (2001-2002).

Melvyn Levitsky (1998), diplomata norte-americano que serviu como embaixador dos EUA no Brasil (1994-1998), argumenta que neste período o interesse dos EUA pelo Brasil estava em crescimento na área privada e acadêmica (LEVITSKY, 1998, p. 112). Levitsky (1998, p. 113) afirma que Clinton buscava no hemisfério o “fortalecimento da democracia para a paz e estabilidade; o reforço a segurança econômica dos EUA mediante incentivo a condições melhores para o comércio e investimento; estreitamento da relação com parceiros para fomentar seus interesses em temas globais”.

O Brasil, segundo o autor, é de suma importância que os EUA atinjam esses objetivos, considerando sua grandiosidade territorial e populacional, sua posição como décima maior economia do mundo, seu papel como intermediador entre os Estados em desenvolvimento e desenvolvidos, e participação ativa nas organizações internacionais (LEVITSKY, 1998, p. 113). Logo, a estabilização econômica brasileira é importante para os EUA, pois representa um mercado melhor de comércio e investimento estadunidense (LEVITSKY, 1998, p. 113).

“O Plano Real em três anos tirou 13 milhões de cidadãos da pobreza, duplicou as exportações dos EUA de menos de seis bilhões para 12 bilhões de dólares e aumento de 25% do investimento americano para mais de US \$26 bilhões” (LEVITSKY, 1998, p. 113). Portanto, o crescimento do comércio e investimento mostram aumento e aprimoramento dos empregos para os EUA, bem como seu papel na modernização industrial brasileira e ampliação da rede de contatos entre ambos (LEVITSKY, 1998, p. 113).

Os principais elementos do Plano Real, lançado em 1o de julho de 1994, foram: uma nova moeda forte (o real) que debutou com paridade ao dólar; redução de tarifas e uma política de abertura de mercado usando a competição das importações estrangeiras para baixar e estabilizar os preços; altas taxas de juros para esfriar a economia e atrair o capital estrangeiro; controles rígidos dos gastos do governo; e a privatização de empresas estatais para reduzir os custos e os débitos governamentais, promover o investimento estrangeiro, e melhorar a eficiência e a competitividade da indústria brasileira (LEVITSKY, 1998, p. 15).

Para Levitsky (1998, p. 115), a confiança doméstica e internacional nas políticas governamentais e o forte fluxo de capitais foi essencial para o sucesso do programa, pois sem confiança as intervenções do Estado não manteriam o real forte. A popularidade inicial de FHC tornou possível o impulsionamento das reformas fiscais liberalizantes para solidificar o seu programa (LEVITSKY, 1998, p. 115). Além disso, o governo utilizou as arrecadações das privatizações para o pagamento de dívidas. As empresas estadunidenses representavam grande parte das verbas externas arrecadadas com a privatização, sinalizando a confiança dos EUA (LEVITSKY, 1998, p. 119).

Desse modo, as políticas econômicas e sociais de Cardoso, somadas ao fortalecimento democrático, ajudaram a construir uma parceria viável com os EUA, pois o Brasil estava em consonância com as metas norte-americanas no hemisfério ocidental, em especial depois da Cúpula de Miami (LEVITSKY, 1998, p. 124). Clinton reconheceu o esforço de modernização brasileiro, frisando que ambos os Estados deveriam defender a democracia, direitos humanos e meio ambiente, minar a proliferação de armas de destruição, combater o narcotráfico e manter a paz (LEVITSKY, 1998, p. 124).

Nesse caminho, foi celebrado em 12 de abril de 1995 em Brasília, o “Acordo de Cooperação Mútua para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes”, no qual Brasil e EUA expressam interesse em colaboração conjunta para o combate ao uso e tráfico de entorpecentes por meio de medidas de cooperação e execução de programas (BRASIL, 1997, não paginado).

Artigo I

[...] Essa cooperação, que se regerá pelo presente Acordo, poderá compreender as seguintes atividades por parte de ambos os Governos signatários:

- a) fornecimento de equipamento e recursos humanos e financeiros para serem empregados em programas específicos nas áreas acima mencionadas;
- b) mútua assistência técnico-científica;
- c) intercâmbio de informações.

2. As Partes Contratantes também cooperarão por meios de troca de informação que incluam o intercâmbio de peritos, entre outras iniciativas, com o objetivo de reabilitar farmacodependentes.

3. Os recursos materiais, financeiros e humanos necessários à execução de programas específicos serão, em cada caso, definidos pelas Partes Contratantes por intermédio de um Memorando de Entendimento (MDE) (BRASIL, 1997, não paginado).

Artigo II

1. De acordo com as respectivas legislações internas, as Partes Contratantes tomarão as medidas cabíveis para:

- a) controlar a produção, importação, exportação, armazenamento, distribuição e venda de insumos e precursores, produtos químicos e solventes que possam ser utilizados ilicitamente na produção de entorpecentes;
- b) intensificar o intercâmbio de informações e experiências em áreas relacionadas com o combate ao problema dos entorpecentes, como trabalho judiciário e controle aduaneiro.

2. As Partes Contratantes intercambiarão as informações relevantes para os objetivos acima, tendo em vista aumentar a eficácia da cooperação bilateral (BRASIL, 1997, não paginado).

Similarmente, com o intuito de facilitar o cumprimento da lei na investigação, inquérito, ação penal e prevenção do crime mediante cooperação e assistência jurídica mútua no campo penal, é assinado em 14 de outubro de 1997 o "Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América" (BRASIL, 2001, não paginado).

Artigo I

Alcance da Assistência

1. As Partes se obrigam a prestar assistência mútua, nos termos do presente Acordo, em matéria de investigação, inquérito, ação penal, prevenção de crimes e processos relacionados a delitos de natureza criminal (BRASIL, 2001, não paginado).

2. A assistência incluirá:

- a) tomada de depoimentos ou declarações de pessoas;
- b) fornecimento de documentos, registros e bens;
- c) localização ou identificação de pessoas (físicas ou jurídicas) ou bens;
- d) entrega de documentos;

- e) transferência de pessoas sob custódia para prestar depoimento ou outros fins;
- f) execução de pedidos de busca e apreensão;
- g) assistência em procedimentos relacionados a imobilização e confisco de bens, restituição, cobrança de multas; e
- h) qualquer outra forma de assistência não proibida pelas leis do Estado Requerido (BRASIL, 2001, não paginado).

Abrangendo a análise das relações bilaterais para os dois mandatos de Fernando Henrique, em consonância com Levitsky (1998), Almeida (2004) enfatiza aspectos econômico-financeiros, contextualizando o relacionamento bilateral, situando o cenário internacional e as prioridades de cada Estado (ALMEIDA, 2004, p. 1). Em sua análise, as relações bilaterais tendem à maturidade (ALMEIDA, 2004, p. 1).

Durante a gestão FHC, “as relações entre Brasil e Estados Unidos sofreram melhora qualitativa como resultado dos novos objetivos e conjuntura político-econômica brasileira, assim como as personalidades dos presidentes” (ALMEIDA, 2004, p. 4). Conforme Almeida (2004, p. 8), a diplomacia presidencial foi um dos principais elementos da política externa brasileira, especialmente no âmbito bilateral com a relação pessoal entre Cardoso e Clinton, resultando em aproximação e convergência política entre os Estados.

A partir disso, os EUA começaram a levar o Brasil em conta em diversos temas, dentre eles a ALCA (ALMEIDA, 2004, p. 9). Além disso, em concordância com Levitsky (1998), Almeida (2004, p. 9) afirma que o Plano Real e as reformas institucionais motivaram a abertura econômica ao investimento estrangeiro, intensificando as relações com os EUA.

Segundo Almeida (2004, p. 4), este período se caracteriza pela ausência de desentendimentos de natureza política, comunicação assertiva em temas regionais e multilaterais na área econômica, ao passo que permaneciam contenciosos comerciais anteriores, sistêmicos ou estruturais. Ademais, enxerga pragmatismo no tratamento das relações econômicas internacionais, contrastando com o temor acerca de uma possível dependência ou um modelo cepalino de desenvolvimento (ALMEIDA, 2004, p. 4).

O Mercosul e a conformação de um espaço econômico sul-americano tomaram bastante espaço na agenda diplomática, entretanto, mantinha-se o entendimento de que os EUA eram parceiros prioritários e de maior relevância econômica (ALMEIDA, 2004, p. 5).

Outrossim, o Brasil adquiriu credibilidade internacional junto aos EUA por ações como a mudança de posicionamento em relação à questão nuclear e de tecnologias sensíveis (ALMEIDA, 2004, p. 9). FHC aderiu ao TNP em 1996, um dos contenciosos mais importantes nas relações bilaterais, e assina o acordo de salvaguardas tecnológicas para uso da base de

Alcântara para lançamento de satélites e equipamentos com tecnologia estadunidense (ALMEIDA, 2004, p. 9).

Neste mesmo sentido, no “Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear” (14 de outubro de 1997) as partes assumem o compromisso com o desenvolvimento, uso pacífico da energia nuclear, e proteção do ambiente global da contaminação (BRASIL, 1999, não paginado). Dessa forma, o Brasil de FHC empenhava-se na adequação à conjuntura de preponderância norte-americana no âmbito nuclear, assinando documentos assimétricos, sobretudo no que concerne às limitações de aplicação explosiva ou militar de artefatos nucleares, como expressa no Artigo III do Acordo de 1997 (BRASIL, 1999, não paginado):

ARTIGO VIII

Aplicação Não Explosiva ou Militar

1. A cooperação de conformidade com este Acordo será baseada nas seguintes obrigações:

- a) no caso do Brasil, não detonar um artefato nuclear explosivo; e
- b) no caso dos Estados Unidos, não detonar um artefato nuclear explosivo usando material, equipamento ou componentes sujeitos a este Acordo (BRASIL, 1999, não paginado).

O segundo mandato de FHC (1999-2002) foi marcado pela administração do equilíbrio externo do Brasil com a negociação de dois grandes pacotes de sustentação financeira apoiados pelos EUA (ALMEIDA, 2004, p. 5). A fragilidade financeira foi determinante para a política externa de Fernando Henrique, pois mudou seus planos iniciais: reforço do Mercosul, maior presença em foros econômicos e abertura ao dinamismo da globalização (ALMEIDA, 2004, p. 5). Essa decepção devido à deterioração do equilíbrio externo trouxe barreiras à inserção econômica global brasileira (ALMEIDA, 2004, p. 5).

“Os dois últimos anos FHC coincidem com o governo de George W. Bush (2001-2009), menos propenso a pacotes de socorro financeiro ou a tratamento leniente com países emergentes via de instituições financeiras multilaterais” (ALMEIDA, 2004, p. 7), mas ainda assim, o compromisso brasileiro com a estabilidade macroeconômica manteve os canais abertos com responsáveis financeiros dos EUA (ALMEIDA, 2004, p. 7).

Conforme Almeida (2004, p. 12), Bush procurava manter um bom relacionamento com o Brasil em razão de sua preocupação com a ascensão de governos de esquerda na América Latina e outras fontes de instabilidade. Os EUA visavam uma cooperação sem

condicionalidades passadas a fim de assegurar o reconhecimento da relevância e estabilidade democrática latino-americana (ALMEIDA, 2004, p. 12).

Moniz Bandeira (2006, p. 109), diferente das perspectivas mais favoráveis expressas por Levitsky (1998) e Almeida (2004), enxerga a política externa de FHC subserviente ao imperialismo norte-americano e incongruente aos interesses nacionais brasileiros. Ao longo de seu governo, Fernando Henrique fez adequações nos objetivos brasileiros aos interesses estadunidenses e a nova ordem mundial que se moldava, o que facilitaria a inserção no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e na globalização econômica (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 110).

Esse empenho de adequação se expressa na assinatura de acordos assimétricos, notadamente o TNP, o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR) e a adesão a Organização Mundial do Comércio (OMC), que consagravam a proeminência dos EUA entre as demais grandes potências (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 110). Moniz Bandeira (2006, pp. 123-124) considera errônea a adesão do Brasil ao TNP, tendo em vista que seria o único prejudicado, haja vista que dentre os signatários do Protocolo Adicional de Salvaguardas era o único Estado com usinas nucleares com capacidade de produção de urânio enriquecido.

Ademais, as políticas econômicas neoliberais aumentaram a vulnerabilidade externa do Brasil, principalmente a partir de 1999 (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 110). Segundo Moniz Bandeira, o efeito do programa de privatizações foi o aumento das receitas de exportação, ou seja, as empresas privatizadas pressionaram a balança de pagamentos, intensificando o desequilíbrio e transferindo os lucros para suas matrizes no exterior (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 110).

“Apesar do apoio dos EUA durante a Crise Financeira de 1999, a ALCA aos moldes estadunidenses continuou como grande ponto de divergência entre os dois Estados, com objetivos econômicos, políticos e estratégicos contrastantes” (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 111). Outrossim, a ALCA permitiria o restabelecimento da hegemonia dos EUA na América Latina e o enfrentamento à União Europeia (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 111), com a vigência do projeto, o Brasil sofreria um retrocesso à condição de agroexportador e produtor de manufaturas leves ou bens de consumo, haja vista o desmonte industrial que seria causado com a proeminência norte-americana (MONIZ BANDEIRA, 2006, p. 114).

Por outro lado, o governo Fernando Henrique dedicou-se ao fortalecimento da integração sul-americana, principalmente no final de seu segundo mandato. “Entendia-se que o crescimento do Brasil aumentava seu poder de negociação extrarregional, porém houveram empecilhos internos e externos, como a resistência de determinados setores” (VIGEVANI;

OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 48). Segundo Vigevani, Oliveira e Cintra (2003, p. 48), “a decisão de consolidar o Mercosul e retomar a questão sul-americana contribuiu para o equacionamento das relações com os EUA”.

Este movimento intensificou-se no governo Lula, que participou de iniciativas em prol de maior independência em relação à presença da hegemonia dos EUA no continente, haja vista que seu governo enfatizava as relações com Estados do sul-global e parceiros não-tradicionais da política externa brasileira. Dessa forma, o governo sucessor de FHC buscava aprimorar a inserção internacional do Brasil.

Relações Bilaterais na Era Lula (2002-2010)

De acordo com Onis (2008, p. 110), a Era Lula foi marcada pela expansão da relevância internacional do Brasil, após período de estagnação econômica e desorganização política. Destacam-se: “expansão das exportações, descobertas de petróleo, estabilidade financeira, baixa inflação, crescimento do investimento interno e estrangeiro, elevação do consumo e demanda, assistência social e a coesão político-democrática” (ONIS, 2008, p. 110). Ademais, o Brasil em 2008 tinha um Produto Interno Bruto (PIB) de 1.58 trilhões de dólares, um dos dez maiores do mundo à época (ONIS, 2008, p. 110).

Segundo Onis (2008, p. 110), além da valorização das *commodities* e acesso fácil ao capital estrangeiro, a continuidade na gestão político-econômica foi essencial para o sucesso do Brasil, haja vista que o presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010) estava aberto às políticas pró-mercado dos governos anteriores. Apesar da preocupação que a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) causou no mundo financeiro nas eleições, Lula “honrou contratos, respeitou propriedade privada, teve disciplina fiscal, pagou o débito estrangeiro, prosseguiu com o Plano Real e fez uma administração fiscal ortodoxa para consolidação do livre mercado como base do desenvolvimento econômico” (ONIS, 2008, pp. 118-119).

A relevância econômica e geopolítica do Brasil elevou-se em 2007 com a descoberta do depósito de gás e petróleo em águas nacionais, posicionando o país entre os maiores detentores de reservas de petróleo (ONIS, 2008, p. 111). Além disso, “o Brasil liderava a produção global de soja, milho, cana de açúcar, proteína animal, algodão, suco de laranja e frutas tropicais, celulose e produtos derivados da madeira” (ONIS, 2008, p. 113). Ademais, a agricultura brasileira demonstrava potencial como fonte de energia, visto que o país era expoente em biocombustíveis e oferecia alternativas de energia limpa — etanol, álcool produzido da cana de açúcar e biodiesel (ONIS, 2008, p. 114).

Conforme Onis (2008, p. 120), no que tange às relações com os EUA, “o presidente Bush e Lula mantiveram relações cordiais com poucos avanços em temas essenciais, como a resistência brasileira nas negociações da ALCA e a elevação das barreiras tarifárias por parte dos EUA”. Não obstante, Onis (2008, p. 122) afirma que os americanos poderiam construir uma relação estratégica com o Brasil com base nos interesses comuns: energia, alimentação, mudanças climáticas e segurança regional.

Pecequilo (2010, p. 133) argumenta que as relações bilaterais entre Brasil e EUA se fortaleceram no governo Lula, o que não significou, necessariamente, convergência de interesses, “mas sim visões e problemas comuns e respeito às diferenças, estabelecendo “diálogo estratégico” em 2005 e reconhecimento da estrutura brasileira na América do Sul e no mundo”. Ademais, o relacionamento bilateral pode ser dividido em três fases: “a primeira fase (2003-2005), consiste no auge do unilateralismo de Bush; a segunda fase (2005-2008), consiste na crise de Bush, reformas nos EUA e consolidação do poder do Brasil; e a terceira fase (2009-2010), início da gestão Obama e fim da gestão Lula” (PECEQUILO, 2010, p. 137).

Na primeira fase, o Brasil focava no resgate da tradição multilateral, mas adicionando novos elementos no discurso diplomático (PECEQUILO, 2010, p. 137), especialmente sociais — Combate à fome, pobreza, controle de doenças (PECEQUILO, 2010, p. 138). “Também foram acrescentadas as demandas político-econômicas, como a defesa das reformas das organizações internacionais e um livre comércio igualitário” (PECEQUILO, 2010, p. 138). “Além disso, o Brasil manteve a agenda de integração sul-americana do governo anterior, mas com intensificação da autonomia” (PECEQUILO, 2010, p. 138). Segundo Pecequilo (2010, p. 138), “o Brasil não almejava integrar o primeiro mundo, mas sim reafirmar sua posição como líder dos países emergentes”.

Para Pecequilo (2010, p. 139), “as relações com os Estados Unidos nesta fase ocorreram como no período de 1999 a 2002 do governo FHC, isto é, sem grandes conflitos ou avanços”. As negociações na OMC e ALCA estenderam-se no governo Lula e, sustentado por demandas de comércio aberto e justo, a autonomia e o novo papel estratégico brasileiro não representavam uma ruptura com o governo Cardoso (PECEQUILO, 2010, p. 139). Contudo, o Brasil era responsabilizado pelos entraves nas negociações por parte dos EUA e da oposição interna brasileira (PECEQUILO, 2010, p. 139).

No que se refere às negociações da ALCA, Oliveira (2003, p. 311) argumenta que se caracterizam como pontos de inflexão na política exterior brasileira, partindo do pressuposto de que a liberdade governamental é limitada para escolher pela não adesão e aponta para o pragmatismo do governo Lula.

Para Oliveira (2003, p. 317), o desafio não era somente a relação de poder assimétrica inerente ao relacionamento bilateral com os EUA, mas sim a assimetria de uma agenda temática por vezes mais complexa que os avanços conquistados na OMC. Isso inclui o acesso aos mercados e os temas ligados à regulamentação doméstica, considerando os problemas de desenvolvimento econômico no Brasil.

De acordo com Oliveira (2003, p. 318), a transição de um governo de centro para um governo de esquerda gerou incertezas em relação à ALCA. Ao chegar ao poder, o PT abandonou o discurso que denunciava o imperialismo norte-americano, adotando uma postura pragmática e de ousadia nas negociações (OLIVEIRA, 2003, p. 319). “Em parte devido aos constrangimentos do processo, como a negativa dos EUA de atrasar o calendário das negociações em dois anos” (OLIVEIRA, 2003, p. 322). Logo, a estratégia predominante era focar a negociação nos temas de acesso a mercados e direcionar à OMC os temas controversos (OLIVEIRA, 2003, p. 322).

Em concordância com Pecequilo (2010), Oliveira (2003, p. 322) afirma que “a política externa voltada à ALCA não sofreu grandes alterações do governo FHC para o governo Lula, a despeito do mal-estar doméstico (manifestações, plebiscito e protestos de setores partidários radicais contrários a ALCA), apenas ajustes estratégicos em função da conjuntura”.

Segundo Pecequilo (2010, p. 141) os empecilhos nas negociações da ALCA faziam parte da realidade complexa dos interesses americanos, pois o unilateralismo de Bush também afastou os EUA de outros parceiros, causando efeitos diretos à sua hegemonia.

Na segunda fase, o primeiro mandato de Lula representou o “fortalecimento da inserção internacional brasileira, sendo visto como poder regional, no mundo e nas organizações multilaterais, retomando a liderança do no Terceiro Mundo” (PECEQUILO, 2010, p. 142). Os EUA, por outro lado, após sinais de declínio começaram seu retorno ao multilateralismo, ao passo que a crise norte-americana de 2007 a 2008 se agrava (PECEQUILO, 2010, p. 142).

Em 2005 iniciou-se o diálogo estratégico entre Brasil e EUA, no qual o relacionamento bilateral incorporou questões regionais e globais (PECEQUILO, 2010, p. 142). Lula era visto como líder de uma esquerda responsável, tornando o Brasil o principal polo de poder da América do Sul, atuando como mediador para manter o equilíbrio regional (PECEQUILO, 2010, p. 142).

Em 9 de março de 2007 foi assinado o “Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis” (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007, não paginado). Os governos estadunidense e brasileiro buscavam cooperar para desenvolver

biocombustíveis através de uma abordagem livre (bilateral, terceiros Estados, global) (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007, não paginado):

I. Bilateral: The Participants intend to advance the research and development of next generation biofuels technology leveraging - wherever possible - work being done in the framework of the Brazil-U.S. Commercial Dialogue (2006), the Consultative Committee on Agriculture (2003), the Consultative Group on Energy (2003), the U.S./Brazil Common Agenda for the Environment (1995), and the Joint Commission on Cooperation in Science and Technology (1984) - amended and extended by the Protocol signed on March 21, 1994.

II. Third Countries: The Participants intend to work jointly to bring the benefits of biofuels to select third countries through feasibility studies and technical assistance aimed at stimulating private sector investment in biofuels. The Participants intend to begin work in Central America and the Caribbean to encourage local production and consumption of biofuels, with a view to continue joint work in key regions across the globe.

III. Global: The Participants desire to expand the biofuels marketplace through cooperation on the establishment of uniform standards and codes. To achieve this goal, the Participants intend to cooperate through the International Biofuels Forum (IBF), leveraging existing work being carried out between the U.S. National Institute of Standards and Technology (NIST) and the National Institute of Metrology, Standards and Industrial Quality of Brazil (INMETRO) and coordinating with existing and complementary international fora (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007, não paginado).

Segundo Pecequillo (2010, p. 144), “o etanol era o exemplo principal de como os mercados americanos poderiam fechar-se aos produtos brasileiros altamente competitivos, sofrendo dois tipos de taxaço: 2,5% de importa  o e U\$0,54 adicionais por galão”.

Apesar das barreiras comerciais, o Brasil era reconhecido no campo estratégico. “Em 2008, a Secretária de Estado Condoleezza Rice (2005-2009) incluiu o Brasil como *stakeholder* da ordem internacional (junto à China, Rússia,   ndia e África do Sul), definindo-o como líder regional e parceiro global, salientando a agenda social e diplomacia multiétnica” (PECEQUILO, 2010, p. 145).

Neste contexto, a “Declara  o Conjunta por ocasião da visita do Presidente Luiz In  cio Lula da Silva a Camp David” (31 de março de 2007), demonstrou o interesse dos presidentes Lula e Bush na coopera  o bilateral em valores e áreas de interesse comum, bem como intensifica  o do diálogo estratégico entre Brasil e EUA (BRASIL, ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007, não paginado). Os governantes reafirmaram a parceria em energias renováveis, destacando o memorando sobre biocombustíveis supracitado. Além disso, consideravam organizar missões científicas do Brasil a laboratórios de pesquisa em biocombustíveis nos EUA, assim como a visita da missão conjunta do Departamento de Energia e Agricultura estadunidenses (BRASIL, ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007, não paginado).

Ambos os países demonstraram contentamento com o comércio bilateral e investimentos crescentes, reafirmando a intenção de usar o “diálogo comercial” para promover inovação e ampliação de oportunidades comerciais, em especial para pequenas e médias empresas, protegendo a propriedade intelectual (BRASIL, ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007, não paginado). Outrossim, reforçaram o crescimento da economia mundial e o desenvolvimento como objetivos essenciais da Rodada Doha da OMC, operando por sua conclusão (BRASIL, ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007, não paginado). Ademais, sublinharam que o Acordo deveria ser ambicioso e equilibrado, visando maior acesso a mercados e fluxos internacionais de comércio referente a redução dos índices de pobreza globais (BRASIL, ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007, não paginado).

No que se refere à educação, em 30 de março de 2007 foi assinado o “*Memorandum of Understanding on Education Between the Government of the United States of America and The Government of the Federative Republic of Brazil*” em Washington (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007, não paginado). Os Estados decidiram prosseguir com a parceria em educação de 14 de outubro de 1997 (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007, não paginado). O objetivo era promover a relação entre instituições da área de educação, assim como benefícios mediante atividades educacionais com formuladores de políticas; pesquisadores; acadêmicos; professores; especialistas; entre outros (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007, não paginado). Com base neste memorando, planejavam focar em um ou mais itens elencados no Anexo (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007, não paginado):

1. Promoting Educational Excellence
 2. Promoting Diversity and Equal Opportunity in Education
 3. Assessment, Indicators and Accountability
 4. Professional Development for Teachers and Administrators
 5. Information and Communication Technologies applied to Education
 6. Adult Literacy and Continued Education
 7. Training and Technical and Vocational Education
 8. Educational Technology
 9. Environmental Education
 10. Higher Education and Post-Graduate Cooperation and Mobility
 11. Encouraging Family, Community, and Business Involvement in Education
- (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007, não paginado).

No que concerne à igualdade étnica-racial, foi assinado em 13 de março de 2008 o “*Joint Action Plan Between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the United States of America to Eliminate Racial and Ethnic Discrimination and Promote Equality*” (BRASIL; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2008). Recordando os compromissos do Memorando de Entendimento sobre educação de 2007, Brasil e EUA

concordaram em cooperar na difusão de informações para minar a discriminação étnica e racial e fomentar oportunidades iguais a todos (BRASIL; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2008, p. 1).

3. Subjects for consideration by the Steering Group are to include the areas of:
- a) Education at the elementary, secondary, vocational, college, and graduate levels; a particular emphasis on democracy education and its positive association with increased levels of tolerance, equality, and liberty should be explored;
 - b) Culture and communication, including cultural media, museums and exhibits, among others;
 - c) Labor and employment;
 - d) Housing and public accommodation;
 - e) Equal protection of law and access to the legal system;
 - f) Domestic enforcement of relevant anti-discrimination laws and policy;
 - g) Sports and recreation;
 - h) Health, including promoting the study of disease prevalent in racial and ethnic minorities;
 - i) Social, historical, and cultural considerations that may be related to racial or ethnic prejudice; and
 - j) Access to credit and opportunities for training (BRASIL; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2008, p. 2).

Considerando o memorando de entendimento em educação e o plano de ação para eliminar a discriminação étnica e racial, é possível perceber a importância que a política externa da Era Lula inferia as pautas sociais, dando continuidade aos acordos firmados na era FHC, como também no avanço da cooperação com os EUA nesses tópicos, notadamente as menções à promoção da diversidade, redução da desigualdade e promoção de oportunidades iguais.

Segundo Pecequillo (2010, p. 145), na terceira fase, com a eleição de Barack Obama (2009-2017), os EUA mudaram sua liderança, visando manter a reversão das tendências negativas à hegemonia americana causadas pela crise econômica e isolamento político de Bush. “O aumento da relevância dos países emergentes, menos afetados pelas crises, e os encontros financeiros do G20 (2008 e 2009) demonstram novos meios de cooperação para reformas de instituições econômicas” (PECEQUILLO, 2010, p. 145).

Para Meiman (MEIMAN, ROTHKOPF, 2009, p. 3), “a fim de intensificar as relações bilaterais, Obama deveria ser progressivo, proativo e focado na reforma das instituições multilaterais; segurança, energia e meio ambiente; e melhorar a competitividade”. Meiman (MEIMAN, ROTHKOPF, 2009, p. 11) indica uma grande oportunidade de vantagens para os EUA nas relações com o Brasil, à medida que deveriam controlar as expectativas e buscar maturidade.

Rothkopf (MEIMAN, ROTHKOPF, 2009, p. 16), por outro lado, alerta para a alta probabilidade de tensões entre Brasil e EUA na economia. A melhor forma de evitá-las seria

procurar uma relação especial com o Brasil, assim como os EUA tinham com outras nações consideradas vitais, como também apoiar a candidatura brasileira no CSNU e outras iniciativas, enquanto foca em questões convergentes e de potencial cooperação (MEIMAN, ROTHKOPF, 2009, p. 20).

“Em 2009 uma das grandes disputas com os EUA ocorreu na OMC em relação ao algodão, em que o Brasil foi autorizado pela OMC a retaliar os Estados Unidos em quase 830 milhões de dólares” (PECEQUILO, 2010, p. 146). Entretanto, “o Brasil concordou em postergar a retaliação até 2012, ao passo que os EUA fariam a revisão de suas contas agrícolas e práticas ilegais, e criar um fundo de auxílio para os produtores brasileiros” (PECEQUILO, 2010, p. 146).

Por fim, conforme Pecequilo (2010, p. 148), as relações bilaterais se intensificariam no governo Lula e seu escopo continuaria a avançar à medida que Brasil e EUA compreenderem suas mudanças de papéis em um sistema multipolar.

No que tange à cooperação em defesa, Peres Milani (2021, p. 5) afirma que o “Brasil priorizou a soberania e novas parcerias, porém, não houve rompimento com os EUA, não denunciou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e assinou novos acordos com o governo estadunidense”. Outrossim, “havia demanda na região por uma atuação brasileira que contribuísse com a manutenção da influência dos Estados Unidos na América Latina” (PERES MILANI, 2021, p. 5).

No começo do século XXI, tendo em vista o foco da política externa americana no Oriente Médio na Guerra ao Terror, enquanto a América Latina passava por um momento de ascensão de governos de esquerda e maior presença russa e chinesa no continente, havia a percepção de um hemisfério pós-hegemônico (PERES MILANI, 2021, p. 7). “Essa visão era reforçada pelo fracasso da ALCA, divergências na OEA e criação de instituições regionais que excluía os EUA a fim de elevar a autonomia regional” (PERES MILANI, 2021, p. 7). Neste contexto, “consolidou-se o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), exemplo significativo de uma cooperação regional que visava limitar a influência geopolítica dos Estados Unidos” (PERES MILANI, 2021, p. 7).

Todavia, o poder ideológico, coercitivo e econômico americano continuava impactando a América Latina, classificando os governos críticos aos EUA que estavam em ascensão em duas categorias: responsáveis — Brasil — e irresponsáveis — Venezuela, Bolívia, Cuba (PERES MILANI, 2021, p. 7).

Conforme Peres Milani (2021, p. 14), o foco na cooperação e assistência militar estadunidense com o Brasil era referente ao combate ao narcotráfico e ao terrorismo. O Brasil,

por sua vez, adotou medidas mais rígidas no campo da lavagem de dinheiro e corrupção, convergindo com as demandas da potência (PERES MILANI, 2021, p. 14). Conforme o nono item da Declaração Conjunta de 2007 (BRASIL; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007, não paginado):

9. Os presidentes concordaram em fortalecer a cooperação bilateral na área de segurança pública, especialmente no combate ao crime organizado, ao narcotráfico, à lavagem de dinheiro, e na prevenção ao terrorismo e ao financiamento do terrorismo, com ênfase na troca de informações entre as unidades de inteligência e na definição de mecanismos para recuperação de ativos resultantes de ilícitos transnacionais (BRASIL; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007, não paginado).

“As relações bilaterais eram importantes para reafirmar a liderança regional estadunidense, ao passo que o Brasil era reconhecido por seu papel regional e parceria estratégica em potencial” (PERES MILANI, 2021, p. 9). Ademais, apesar de Lula integrar a guinada à esquerda, estes fatores poderiam ser instrumentalizados para amenizar o radicalismo da Venezuela e da Bolívia (PERES MILANI, 2021, p. 9). Contudo, os dois países divergiam em suas posições acerca dos governos radicais: “Brasil enxergava-os como legítimos, defendendo a amenização via diálogo e capital político; já os EUA defendiam medidas de contenção e atuação das organizações pan-americanas” (PERES MILANI, 2021, p. 11). Outrossim, o Brasil não ambicionava uma liderança compartilhada, em função de suas distintas visões de mundo e interesses (PERES MILANI, 2021, p. 11).

O CDS visava a criação de conceitos e identificação de ameaças regionais, mas não incluía temas de segurança pública (PERES MILANI, 2021, p. 15). O Brasil preocupava-se com um possível impacto negativo nas relações com os Estados Unidos, logo, entre 18 e 21 de março de 2008, o Ministro da Defesa Nelson Jobim (2007-2011) visitou Washington para dar explicações e evitar que o CDS fosse visto como prejudicial aos interesses americanos (PERES MILANI, 2021, p. 15).

Dentre os novos acordos assinados com os EUA, o “Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa” (12 de abril de 2010, Washington) manifestava no Artigo I: o compromisso com pesquisa; desenvolvimento; logística; segurança tecnológica; aquisição de produtos e serviços, troca de informações e experiências com utilização de equipamentos militares e tecnologia de defesa; participação em treinamento, instrução e exercícios militares; e intercâmbio de informações de colaboração em temas ligados a sistemas e equipamentos militares (BRASIL, 2015, não paginado).

Outrossim, houve a assinatura do Acordo de Cooperação em Defesa (DCA) e do Acordo de Segurança Geral em Informação Militar (GSOIA) em 2010, demandas antigas dos EUA que sofriam resistência do governo brasileiro (PERES MILANI, 2021, p. 16). Por outro lado, “o Brasil diversificou fornecedores de armamento especialmente europeus, e optou por acordos de importação de armas que transferissem tecnologia e construção de equipamentos em território nacional” (PERES MILANI, 2021, p. 17).

O Brasil almejava um posicionamento assertivo que não resultasse reações e sanções americanas, adotando postura ambivalente que trouxe avanços e retrocessos nas relações bilaterais (PERES MILANI, 2021, p. 21). Houve, portanto, segundo Peres Milani (2021, p. 21), a continuidade de uma relação clientelista limitada, enfraquecida em razão das novas parcerias brasileiras em defesa, aumento da autonomia, do regionalismo e crescente legitimidade dos governos.

A política externa “ativa e altiva” impulsionou a presença brasileira para além de sua região, atuando em temas de alta política que antes não recebiam sua atenção. Um exemplo emblemático aconteceu em 2010 quando o Brasil se apresentou como negociador na questão nuclear iraniana, mediando juntamente com a Turquia a Declaração de Teerã acerca de urânio enriquecido. De acordo com Oliveira e Santos (2018, p. 2), a despeito do sucesso da negociação com o Irã, o Brasil sofreu restrições dos EUA, visto que a diplomacia brasileira entrou em conflito com os interesses norte-americanos.

Para Oliveira e Santos (2018, p. 6), “além de contribuir para a estabilidade no Oriente Médio, o Brasil buscou mostrar capacidade diplomática para discussões de grande relevância mundial e conquistar um assento no CSNU”. Outrossim, o histórico uso pacífico de energia nuclear tornou o Brasil capaz de dialogar com o Irã, visto como problemático neste tema. Ademais, ambos eram críticos aos países detentores de armamento nuclear (OLIVEIRA, SANTOS, 2018, p. 7).

Os norte-americanos desagradaram-se com a falta de consulta brasileira aos seus interesses no Oriente Médio e com o esforço diplomático de Lula para aumentar sua atuação na região (OLIVEIRA, SANTOS, 2018, p. 7). “Logo, mesmo após sinalizar apoio à iniciativa, os EUA e os demais membros do CSNU passaram a resolução 1929 que impunha sanções mais duras ao Irã por seu programa nuclear” (OLIVEIRA, SANTOS, 2018, pp. 7-8).

O descontentamento estadunidense não era somente em relação a elevação do *status* brasileiro como potência global, mas também por suas relações com o Irã e sua possível candidatura ao CSNU (OLIVEIRA, SANTOS, pp. 12-13). Portanto, conforme Oliveira e Santos (2018, p. 13), a rejeição a Declaração de Teerã pode ser interpretada como uma

estratégia do governo americano para: contra-atacar o desejo das potências emergentes por uma participação ativa em questões de alta política; e segundo, combater o governo iraniano, o principal oponente dos estadunidenses no Oriente Médio.

A partir da exposição dos principais desdobramentos dos governos FHC e Lula, tanto no âmbito doméstico quanto no relacionamento bilateral com os EUA, estabelece-se uma discussão acerca das perspectivas teóricas a respeito das políticas externas de ambos os governos.

Autonomia e Paradigmas na Política Externa Brasileira

Com base na contextualização a respeito das relações bilaterais entre Brasil e EUA durante os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva (1995-2010), torna-se evidente que a autonomia e alinhamento em relação aos EUA são elementos de suma importância na condução da política externa brasileira, pois o debate acerca da estratégia de inserção internacional do Brasil passa por estes termos. Por conseguinte, diversos acadêmicos brasileiros dedicam-se a formular categorizações para compreender as dinâmicas e estratégias das relações internacionais do Brasil, assim como suas relações com os EUA.

Cervo (2003) propõe uma análise da política exterior e relações internacionais do Brasil com um enfoque paradigmático que nos auxilia na compreensão destes fenômenos. Segundo Cervo (2003, p. 8), há quatro paradigmas nas relações internacionais do Brasil: o paradigma liberal-conservador (século XIX a 1930); o paradigma do Estado desenvolvimentista (1930-1989); o paradigma do Estado normal (1990-2002) e o paradigma do Estado logístico; os últimos três coexistem e integram o modelo brasileiro de relações internacionais de 1990 até os dias de hoje.

Segundo o autor, o paradigma do Estado desenvolvimentista se define pela “diplomacia econômica em negociações; promoção industrial; incentivo a autonomia para obter ganhos recíprocos internacionalmente; projeto de desenvolvimento para minar as desigualdades entre países; e consolidação do nacionalismo econômico” (CERVO, 2003, p. 12).

Já o paradigma do Estado normal surge do neoliberalismo monetarista, que formula uma doutrina de regionalismo aberto e promove a diminuição da funcionalidade estatal (CERVO, 2003, p. 15). Segundo Cervo, “Para os monetaristas, consignava-se ao Estado a função de prover a estabilidade econômica, logo reduzida à estabilidade monetária, e ao mercado todo o mais, o desenvolvimento, por suposto” (CERVO, 2003, p. 15). O governo FHC consolidou esse pensamento, reforçando o processo de adesão brasileira à ordem internacional

em que os Estados Unidos eram predominantes, notadamente às suas instituições, promovendo a combinação entre a abertura econômica e a integração bilateral e regional (CERVO, 2003, pp. 16-17).

De acordo com Cervo, o Estado normal sacrificou a autonomia em função do centro capitalista que rege o mercado (CERVO, 2003, p. 18), algo que somado ao enfraquecimento do projeto desenvolvimentista gerou estagnação e dependência financeira, empresarial e tecnológica, vulnerabilizando o Brasil (CERVO, 2003, p. 19). Cervo afirma que “Cardoso ofereceu o espetáculo da dança dos paradigmas: o desenvolvimentista, que agonizava, mas não morria, o normal, que emergia de forma prevalecente, e o logístico, que se ensaiava ao mesmo tempo” (CERVO, 2003, p. 19).

O paradigma do Estado logístico conduzido pelo governo Lula se refere ao resgate de autonomia internacional e aprofundamento da interdependência, visando a superação da desigualdade em relação aos Estados desenvolvidos (CERVO, 2003, p. 21). Para Cervo, o logístico “Diferencia-se do normal, consignando ao Estado não apenas a função de prover a estabilidade econômica, mas a de secundar a sociedade na defesa de seus interesses, supondo que não convém que sejam simplesmente entregues às leis do mercado” (CERVO, 2003, p. 21).

Outrossim, os autores Vigevani, Oliveira e Cintra buscam analisar a reorientação da política externa brasileira durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, partindo da hipótese de uma adequação ao cenário internacional do pós-Guerra Fria desde o Governo Collor que se consolidou na gestão FHC (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 31), substituindo a agenda chamada “autonomia pela distância” dos governos militares pela “autonomia pela integração” (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003, p. 32).

Conforme explicado por Vigevani, Oliveira e Cintra (2003, p. 37), a autonomia pela integração consiste na autonomia vinculada e articulada ao cenário internacional, o que difere do conceito de autonomia no sentido isolacionista, pois conserva um comportamento adequado a conjuntura, porém preservando os interesses nacionais e defendendo uma agenda internacional proativa que elevaria o poder brasileiro, auxiliando na resolução de questões domésticas acerca do desenvolvimento, crescimento e superação de problemas sociais.

A respeito do governo Lula, Magnotta (2013, não paginado) em seu artigo contesta os discursos polarizados no que tange o relacionamento bilateral com os EUA. A autora ressalta que o governo petista conservou o pragmatismo, somente com mudanças de tom e estilo de acordo com as transformações do sistema internacional (MAGNOTTA, 2013, não paginado).

Lula era historicamente adepto a uma visão extremamente antiamericana, que aspirava ao socialismo global, que recusava o imperialismo e visava uma política externa independente que beneficiasse os movimentos de libertação (MAGNOTTA, 2013, não paginado). Entretanto, mudou seu discurso na década de 1990 e início dos anos 2000, com o objetivo de sinalizar credibilidade, ao passo que o medo de um governo demasiado ideológico permanecia no âmbito doméstico (Magnotta, 2013, não paginado).

Magnotta (2013, não paginado) afirma que não há consenso claro acerca de ruptura ou continuidade, o que torna difícil uma categorização teórica. A fim de contornar este desafio, a autora assume de forma didática dois blocos de possibilidades de pensamento para auxiliar a compreensão das relações Brasil-EUA na era Lula: o primeiro grupo, que segundo a autora apresentam inconsistências teóricas, corresponde ao entendimento que o governo Lula marca uma ruptura em relação ao padrão anterior, localizando-se em opostos extremos denominados “radical afastamento” ou “estreita aproximação”; já o segundo, apresentando uma visão moderada e abrangendo grande parte dos estudiosos, assume que o relacionamento bilateral manteve o pragmatismo em relação aos EUA e a autonomia brasileira, apesar das modificações de características do governo e do cenário internacional (MAGNOTTA, 2013, não paginado).

Ao assumir a presidência, Lula reforçava a ideia de mudança que, segundo o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (2003-2010), prometia a promoção de uma política externa “ativa e ativa”, enfatizando parcerias com o sul global e os interesses dos Estados emergentes (MAGNOTTA, 2013, não paginado). Nesse contexto, os EUA deixaram de ocupar espaço privilegiado na formulação estratégica brasileira, movimento corroborado pela guinada unilateral norte-americana com o 11 de Setembro e alteração do papel internacional do Brasil (MAGNOTTA, 2013, não paginado). Em consequência, mesmo com uma relação amistosa entre ambos os Estados, houve várias frustrações recíprocas (MAGNOTTA, 2013, não paginado).

Em consonância com Magnotta, Vigevani e Cepaluni (2007, p. 275) argumentam que não houve ruptura com os paradigmas históricos da política externa brasileira, ao passo que houve mudanças de foco do governo FHC para o governo Lula, que preservaram o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e conservar a autonomia do Brasil.

Vigevani e Cepaluni (2007, p. 283) utilizam o conceito de “autonomia pela diversificação” para categorizar a política externa de Lula da Silva, que significa adesão aos regimes internacionais mediante alianças com o sul global, incluindo parceiros não tradicionais (China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental e Oriente Médio), a fim de reduzir a assimetria em relação às potências e elevar o poder de barganha do Brasil.

Ademais, Santos (2018) complementa esta análise dos autores ao enfatizar as relações bilaterais Brasil-EUA do ponto de vista do pensamento diplomático brasileiro de 1995 a 2010, apresentando o “acomodacionismo” e o “revisonismo”, sendo o primeiro predominante na gestão FHC e o segundo na gestão Lula. De acordo o autor, o debate acerca de qual seria a melhor conduta no relacionamento bilateral com os EUA produziu a polarização entre duas correntes (SANTOS apud HIRST; PINHEIRO, 2018, p. 150):

Identificada com grupos, partidos e interesses internos, essa cisão teria engendrado duas posições extremas: a primeira sustentava a hipótese de que a convergência com Washington constituía o caminho para a recuperação da credibilidade internacional do Brasil [acomodacionistas]; a segunda, em sentido oposto, argumentava que o distanciamento de Washington asseguraria ao Brasil um espaço de manobra no sistema internacional, necessário para a defesa dos interesses nacionais [revisonistas] (SANTOS apud HIRST; PINHEIRO, 2018, p. 150).

Assim sendo, a discussão das perspectivas teóricas acerca do relacionamento bilateral, somada à contextualização dos governos FHC e Lula, possibilitam um exercício comparado entre as duas políticas externas voltadas aos EUA.

Análise Comparada

Para realizar a análise comparada entre os governos FHC e Lula em suas relações bilaterais com os EUA, utilizou-se como norteador o modelo de Charles Hermann (1990). A partir desse modelo, é possível avaliar as alterações nas políticas externas de governos, quais os níveis dessas alterações e o motivo pelo qual elas ocorrem.

Segundo Hermann (1990, p. 5), podem ocorrer mudanças na política externa em quatro níveis: ajuste (nível de esforço e/ou no escopo dos receptores); programa (métodos ou meios para lidar com os problemas); problema ou objetivo (quando o problema ou objetivo inicial é substituído ou perdido, bem como seus propósitos); e orientação internacional (quando um ator redireciona completamente sua orientação de inserção internacional, alterando seu papel e atuação global). As mudanças de programa, problema/objetivo e os ajustes são de menor impacto, já as mudanças de orientação internacional geram efeitos drásticos.

Além disso, o autor explica que há quatro fontes de mudança na política externa: a liderança (os formuladores de políticas que impõem sua visão de direcionamento); a burocracia (agências e organizações); a situação doméstica (grupos sociais com relevância política que apoiam o regime e que necessitam governar e a possibilidade dessa parcela tornar-se agente

de mudança); e os choques externos (eventos dramáticos no âmbito externo que causam mudança em função da resposta da liderança) (HERMANN, 1990, pp. 11-12).

Isto posto, a análise deste projeto considera os líderes, a burocracia e os choques externos como fontes de mudança. A fim de facilitar a compreensão, foi elaborado um quadro para apresentar as características das fontes de mudança presentes nos governos FHC e Lula:

Quadro I — Modelo de Charles Hermann		
Fontes de Mudança	FHC	Lula
Liderança	Professor acadêmico na área das Ciências Sociais. Atuou como Senador por São Paulo (1983-1992). Serviu como Ministro das Relações Exteriores (1992-1993) e Ministro da Fazenda (1993-1994) durante o governo Itamar Franco. Presidente filiado ao PSDB e ligado ao neoliberalismo econômico. Exerceu a diplomacia presidencial. Perfil pragmático.	Origem humilde e com pouca formação. Ex-metalúrgico e ex-sindicalista. Atuou como deputado federal por São Paulo em dois períodos (1987-1989/1989-1991). Socialista filiado ao PT. Exerceu a diplomacia presidencial. Afastamento do discurso antiamericano e anti-imperialista. Perfil pragmático.
Burocracia	Ministros das Relações Exteriores: Luiz Felipe Lampreia (1995-2001) e Celso Lafer (2001-2002). Predominância do pensamento diplomático acomodacionista. Tradição bilateral-hemisférica. Autonomia pela Integração.	Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (2002-2010). Predominância do pensamento diplomático revisionista. Tradição global-multilateral. Autonomia pela Diversificação.
Choques externos	11 de Setembro.	Rodada Doha.

Quadro de elaboração própria inspirado no modelo de Charles Hermann (1990, p. 13).

Considerando as fontes de mudança analisadas anteriormente, podemos afirmar que o processo decisório culminou em ajustes e mudanças de programa na política externa brasileira voltada aos EUA durante os governos FHC e Lula, ao passo que não ocorreram mudanças de problema/objetivos ou de orientação internacional. Compreende-se que o pragmatismo de ambos os líderes, aspecto apontado por grande parte dos autores discutidos anteriormente, foi responsável pela manutenção da continuidade de uma gestão para a outra, em detrimento das ideologias contrastantes.

Os ajustes foram feitos na ênfase dada a determinadas pautas apresentadas no relacionamento bilateral, como também a mudança de abordagem e estilo de cada líder diante dos momentos de conflito de interesses com os norte-americanos. As diferenças de atuação nas

negociações da ALCA entre os dois governos e a maior preocupação com a agenda social na Era Lula são exemplos deste tipo de alteração.

Ademais, a transição da predominância do pensamento diplomático acomodacionista no Itamaraty para a predominância do pensamento revisionista, bem como a transição da estratégia de autonomia pela integração para a estratégia de autonomia pela diversificação, caracterizam-se como mudança de programa nas relações bilaterais, isto é, a modificação da estratégia utilizada pela diplomacia brasileira para alcançar seu objetivo, a autonomia.

Por outro lado, não houve uma mudança nos problemas ou metas nas relações bilaterais e política externa, tendo em vista que a busca tradicional pelo desenvolvimento brasileiro e sua autonomia internacional permaneceram como prioridade do interesse nacional. Além disso, não se observou uma mudança de orientação internacional, tendo em vista que não aconteceu uma ruptura nas relações com os EUA de uma gestão para a outra, como também os estadunidenses não deixaram de ser um parceiro tradicional e um ator de grande relevância para as relações internacionais do Brasil.

Considerações Finais

Com base na análise feita dos textos, é possível perceber com clareza que Fernando Henrique Cardoso na condução de sua política externa definiu como uma de suas prioridades a aproximação e melhoria do relacionamento do Brasil com os EUA. Os formuladores da política externa da era FHC não enxergavam o alinhamento aos interesses norte-americanos como uma ameaça aos objetivos do Brasil, pelo contrário, entendiam que seria através desta aproximação que o Brasil poderia alcançar seus objetivos domésticos e de inserção no cenário internacional pós-Guerra Fria, marcado pelo fenômeno de globalização no qual os EUA haviam se tornado uma potência unipolar. Os trabalhos de Almeida (2004), Moniz Bandeira (2006) e Levitsky (1998) demonstram o empenho brasileiro para adequar-se ao sistema internacional.

Este entendimento acerca do posicionamento do Brasil em relação aos EUA é muito bem explicado pelos conceitos de “estado normal”, “acomodacionismo” e “autonomia pela integração”, apresentados, respectivamente, por Cervo (2003); Santos (2018); e Vigevani, Oliveira e Cintra (2003). Além disso, demonstram que a predominância desta perspectiva já estava em curso desde o governo de Fernando Collor, mas fortaleceu-se e consolidou-se no governo Cardoso.

Outrossim, Almeida (2004) e Levitsky (1998) convergem no que tange a importância do Plano Real e da estabilização macroeconômica brasileira para sua credibilidade

internacional, tornando o Brasil um parceiro viável para os EUA. Os dois diplomatas enxergam a gestão de FHC de forma positiva para a construção do relacionamento entre os dois Estados, já Moniz Bandeira (2006), por outro lado, entende que a política externa do Brasil deste período foi subserviente e fraca na defesa de seus interesses perante os norte-americanos, o que somado às medidas neoliberais, prejudicaram o país a longo prazo.

A respeito da política externa do governo Lula voltada aos EUA, é possível perceber a prevalência do pragmatismo em detrimento da ideologia, contrariando as expectativas da época das eleições presidenciais e o senso comum acerca do tema. Esta postura durante a Era Lula frente aos EUA é um consenso entre os autores analisados.

Apesar do Brasil aderir a guinada à esquerda na América Latina, o governo brasileiro não fez alterações radicais em suas políticas, pelo contrário, principalmente nos temas econômicos, Lula deu continuidade ao que havia sido estabelecido durante o Plano Real e na gestão de Fernando Henrique. Este posicionamento foi de suma importância para dar credibilidade ao governo brasileiro e permitir a cooperação estratégica com a potência, como evidenciado nos trabalhos de Onis (2008), Magnotta (2013), Pecequilo (2010) e Peres Milani (2021), pois de outro modo, o Brasil entraria para a categoria de países de esquerda “irresponsáveis”.

A política externa brasileira “Ativa e Altiva”, guiada por uma tradição diplomática revisionista e de autonomia pela diversificação apresentada por Santos (2018) e Cepaluni e Vigevani (2007), respectivamente, foram essenciais para maior inserção internacional brasileira, até mesmo fora de seu âmbito regional, o que por vezes se chocou com os interesses norte-americanos e ocasionou tensões. Além dos conflitos relativos a divergências de interesses acerca de questões econômicas, havia o descontentamento dos EUA com o envolvimento do Brasil e outras potências emergentes em suas áreas de interesse, como argumentado por Oliveira e Santos (2018) no episódio da Declaração de Teerã em 2010.

À vista disso, com base no estudo realizado acerca das relações bilaterais Brasil-EUA durante os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva, estabelecendo uma análise comparada a partir do modelo de Hermann (1990), é possível concluir que não houve mudanças drásticas no relacionamento entre os dois países de uma gestão para a outra, diferentemente do que se imagina no senso comum. Durante este período, houveram somente ajustes e mudanças de estratégia para se alcançar a autonomia brasileira em suas relações internacionais, reconhecendo os EUA como um parceiro importante, mesmo com a diferença de ênfase, abordagem e visão de mundo entre os dois presidentes.

A análise das fontes bibliográficas demonstra que a diplomacia presidencial foi uma marca comum entre os dois líderes, assim como a postura pragmática no relacionamento bilateral, o que afasta a ideia de uma dependência ou alinhamento automático à potência, ou no outro extremo, a ideia de afastamento total.

A estratégia de autonomia pela diversificação adotada pelo governo Lula se sobressai em relação a estratégia de autonomia pela integração de FHC, haja vista que durante o período de predominância do pensamento revisionista, o Brasil logrou em conquistar maior autonomia no cenário internacional e perante os EUA, aumentando o seu poder de barganha e consolidando a maturidade e cordialidade das relações bilaterais, a despeito de diferenças na área comercial.

Outrossim, torna-se evidente que o sucesso da estratégia lulista foi possível em razão do afastamento do presidente do discurso da esquerda radical e antiamericanista, adotando uma abordagem branda e prosseguindo com às políticas econômicas neoliberais implementadas durante o governo FHC e a manutenção das bases econômicas do Plano Real, que consistiam em elementos fundamentais para que o Brasil tivesse credibilidade no *mainstream* das relações internacionais e fosse visto pelos EUA como parceiro econômico e estratégico.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, P. R. A relação do Brasil com os EUA: de FHC-Clinton a Lula-Bush. In: Fabio Giambiagi, José Guilherme Reis e André Uranii (orgs.), *Reformas no Brasil: Balanço e Agenda* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004, pp. 203-228. Disponível em: <https://www.academia.edu/5783503/038_A_rela%C3%A7%C3%A3o_do_Brasil_com_os_EUA_de_FHC-Clinton_a_Lula-Bush_A_economia_pol%C3%ADtica_do_relacionamento_bilateral_2004>. Acesso em: 27 de set. de 2021.

BRASIL. Decreto n. 67, de 1999. Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1999/decretolegislativo-67-25-agosto-1999-358950-acordo-1-pl.html>>. Acesso em: 30 de nov. de 2022.

BRASIL. Decreto n. 2.242, jun. de 1997. Acordo de Cooperação Mútua para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/D2242.htm>. Acesso em: 30 de nov. de 2022.

BRASIL. Decreto n. 3.810, 2 de maio de 2001. Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3810.htm>. Acesso em: 30 de nov. de 2022.

BRASIL. Decreto n. 8.609, 18 de dez. de 2015. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/decreto/D8609.htm>. Acesso em: 30 de nov. de 2022.

BRASIL; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 31 de mar. de 2007. Declaração Conjunta por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Camp David. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/comciencia/files/Declaracao%2031-3-07.pdf>>. Acesso em: 02 de dez. de 2022.

BRASIL, ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 13 de mar. de 2008. Joint Action Plan Between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the United States of America to Eliminate Racial and Ethnic Discrimination and Promote Equality. Disponível em: <<https://www.brazilcouncil.org/wp-content/uploads/2015/11/JAPtoEliminateRacialandEthnicDiscrimination-Mar132008.pdf>>. Acesso em: 02 de dez. de 2022.

CERVO, A. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 46, n. 2, pp. 5-25, 2003.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 09 de mar. de 2007. Memorandum of Understanding Between the United States and Brazil to Advance Cooperation on Biofuels. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/r/pa/prs/ps/2007/mar/81607.htm>>. Acesso em: 02 de dez. de 2022.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. 30 de mar. de 2007. Memorandum of Understanding on Education Between the Government of the United States of America and The Government of the Federative Republic of Brazil. Disponível em: <<https://2001-2009.state.gov/r/pa/prs/ps/2007/mar/82496.htm>>. Acesso em: 02 de dez. de 2022.

HARDING, E. Clinton Administration Policy Towards Latin America: Moving Towards A Hemispheric Trading Bloc?. *NotiSur*, *University of New Mexico Digital Repository*, 1992. Disponível em: <<https://digitalrepository.unm.edu/notisur/10583/>>. Acesso em: 4 de nov. de 2021.

HIRST; PINHEIRO. A política externa do Brasil em dois tempos. In: SANTOS, Leandro W. O pensamento diplomático brasileiro em relação aos Estados Unidos durante os governos Cardoso e Lula: acomodacionistas x revisionistas. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 7, n. 1, 2018.

LEVITSKY, M. O Novo Brasil: Um Parceiro Viável Para os Estados Unidos. *Parcerias Estratégicas*, n. 5, pp. 112-125, set. de 1998. Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/56/48>. Acesso em: 04 de out. de 2021.

MAGNOTTA, F. P. Rumor a 'uma síntese teórica': as relações Brasil - Estados Unidos durante o governo Lula. *4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais – ABRI*, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.encontronacional2013.abri.org.br/resources/anais/20/1370027686_ARQUIVO_Rumoaumasintese-teorica-FernandaMagnotta.pdf>. Acesso em: 04 de out. de 2021.

MEIMAN, K.; ROTHKOPF, D. The United States and Brazil: two perspectives on dealing with partnership and rivalry. *Center for American Progress*, 2009. Disponível em: <https://cdn.americanprogress.org/wp-content/uploads/issues/2009/03/pdf/brazil.pdf?_ga=2.104995392.297764885.1634530432-216558417.1634530432>. Acesso em: 15 de out. de 2021.

MONIZ BANDEIRA, L. A. Política Exterior do Brasil: de FHC a Lula. *Proj. História*, São Paulo, v. 31, pp. 109-130, ago./dez., 2006. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2313>>. Acesso em: 28 de set. de 2021.

OLIVEIRA, A. J. O governo do PT e a Alca: política externa e pragmatismo. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, pp. 311-329, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/3KbLHQpJT9YwYDFGBZrm6Zc/?lang=pt>>. Acesso em: 04 de out. de 2021.

ONIS, J. Brazil's Big Moment: A South American Giant Wakes Up. *Foreign Affairs*, v. 87, n. 6, Nov./Dec, 2008. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/2008-11-01/brazils-big-moment>>. Acesso em: 28 de out. de 2021.

PECEQUILO, C. S. A New Strategic Dialogue: Brazil-US Relations in Lula's Presidency (2003-2010). *Revista Brasileira de Política Internacional 53 (special edition)*, 2010, pp. 132-150. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/ySbQ4XkrCWjRGWBwC4HGZGs/?lang=en>>. Acesso em: 06 de out. de 2021.

PERES MILANI, L. Brasil e Estados Unidos: cooperação em defesa e busca de autonomia (2003-2010). *Carta Internacional*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. e1091, 2021. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1091>>. Acesso em: 16 de out. de 2021.

SANTOS, D. G.; OLIVEIRA, M. A. Brazil, the United States and the Tehran Declaration. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 61, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/frbfzBscsGqPs9bVzyRmQNB/?lang=en>>. Acesso em: 06 de out. de 2021.

SANTOS, L. W. O pensamento diplomático brasileiro em relação aos Estados Unidos durante os governos Cardoso e Lula: acomodacionistas x revisionistas. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, v. 7, n. 1, p. 144-173, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/2237-7743.2018.v7n1.01.p143>>. Acesso em: 16 de out. de 2021.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, v. 29, n. 2, pp. 273-335, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/?lang=pt#>>. Acesso em: 28 de set. de 2021.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F.; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. *Tempo social*, [s.l.], v. 15, n. 2, p. 31-61, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/mvGDVSGydQkVyxxCSjxyQ9f/?lang=pt>>. Acesso em: 28 de set. de 2021.